

FRONTEIRA ABERTA: A NOVA DINÂMICA COM A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR PARA A PRODUÇÃO DE ETANOL NA AMAZÔNIA

Cleilton Sampaio de Farias
cleiltosampaio@yahoo.com.br
Docente Geografia – IFAC

RESUMO

A noção de fronteira aberta proposta neste artigo baseia-se na ocorrência de uma nova dinâmica na fronteira amazônica (fase do agronegócio ou de consolidação) vinculada a estratégias de modernização e desenvolvimento regional que visa consolidar as atividades econômicas aqui inseridas durante a expansão da fronteira agropecuária na década de setenta do século XX, como afirma Becker (2004, p. 73): "as novas transformações em curso na Amazônia representam o fim da fronteira de expansão demográfica móvel e o início de uma nova fase de desenvolvimento com base na consolidação da fronteira" [...]. Assim, este texto apresenta algumas das características principais da inserção da fronteira amazônica, em especial o estado do Acre, na lógica do agronegócio sucroalcooleiro e enfatiza com base em estatísticas de órgãos oficiais e privados alguns cenários - presente e futuro – sobre a rearticulação produtiva na fronteira amazônica com a inserção do cultivo da cana-de-açúcar para a produção de etanol. Utilizou-se o método dialético por entender que é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. Os procedimentos e técnicas consistem em revisão bibliográfica da temática, coleta, análise e interpretação de dados secundários provenientes de órgãos governamentais e privados ligados aos setores da agricultura, pecuária e energia.

Palavras - chave: fronteira, etanol, Amazônia.

FRONTIER OPEN: A NEW DYNAMIC TO THE EXPANSION OF SUGAR CANE FOR ETHANOL PRODUCTION IN THE AMAZON

ABSTRACT:

The notion of open frontier proposed in this paper is based on the occurrence of a new dynamic on the Amazon frontier (phase agribusiness or consolidation), with strategies for innovation and regional development which aims at consolidating the economic activities here inserted during the expansion of agricultural frontier in the seventies of the twentieth century, as stated by Becker (2004, p. 73): "the new changes taking place in Amazonia as the terminus of the demographic expansion of mobile and beginning a new phase of development based on a consolidation of the border" [...]. Thus, this paper presents some of the main features of the insertion of the Amazon frontier, especially the state of Acre, in the logic of sugarcane agribusiness and stresses based on official statistics from agencies and private some scenarios - present and future - about the reorganization in productive Amazon frontier with the insertion of the cultivation of sugar cane for ethanol production. We used the dialectical method to understand what is the best way to reach the objective. The procedures and techniques are to review the issue, collection, analysis and interpretation of secondary data from governmental and private sectors related to agriculture, livestock and energy.

Key - words: frontier, ethanol, Amazon.

INTRODUÇÃO

A produção de cana-de-açúcar para produção de etanol tem se expandido significativamente pelo território nacional, (re) configurando e reordenando o espaço. Incentivado pela rentabilidade do agronegócio, como algo capaz de impor uma nova lógica produtiva ao campo e de levá-lo ao tão sonhado desenvolvimento, o setor sucroalcooleiro

Recebido em 21/09/2010
Aprovado para publicação em 10/03/2011

aproveita-se da conjuntura econômica e política que vem passando o etanol e avança para novas fronteiras econômicas, chegando até mesmo em biomas brasileiros importantíssimos como a Amazônia e o Cerrado.

Na Amazônia esta inserção e avanço representam muito mais que um simples reordenamento produtivo – da pecuária para a cana-de-açúcar – pois os movimentos que o seguem direcionam para a consolidação das atividades econômicas aqui inseridas na expansão da fronteira agropecuária na década de setenta do século XX. Reside neste fato a consideração de fronteira aberta, como forma de evidenciar que ainda falta alguma coisa para fechar essa dinâmica econômica de expansão capitalista a “fronteira”.

Nesta dinâmica assim como na expansão da fronteira agropecuária, o estado também tem um importante papel, na medida em que é um dos principais influenciadores e, além disso, um dos principais financiadores. O estado incentiva a modernização das atividades agropecuárias e a padronização com o agronegócio no intuito de conseguir a sonhada consolidação e fechamento da fronteira. No entanto, as ações estatais podem levar a um rumo diverso da consolidação e acarretar um sério problema quando estas ações não forem profundamente analisadas diante das características da Amazônia, nesse caso, o resultado pode ir muito além do desperdício de dinheiro público provocando também sérios danos sociais e ambientais.

Esta nova fase possui atributos que permite diferenciá-la da anterior, pois se baseia em modelos competitivos e produtivos do agronegócio, além da utilização intensiva de tecnologia, insumos agrícolas e industrialização. Segundo Becker (2004, p. 73) as novas transformações em curso na Amazônia representam o fim da fronteira de expansão demográfica móvel e o início de uma nova fase de desenvolvimento com base na consolidação da fronteira.

Becker (2004, p. 75) afirma que a tendência do esgotamento da Amazônia como fronteira móvel é explicada ao analisar a dinâmica demográfica nos dados das migrações intra-regionais que revelam maior movimento, sobretudo de natureza rural – urbana do que as migrações inter-regionais. Além disso, existe o fato da redução da margem extensiva da pecuária, com a estabilização da expansão para novas terras (desaceleração da incorporação de terras) e aumento da produção com a especialização em áreas de cria, recria e engorda, segundo a acessibilidade e o nível de capitalização dos produtores.

A autora procura enfatizar o fechamento da fronteira quanto se refere especificamente à dinâmica demográfica, no entanto, se contradiz quando enfoca novas mudanças que representam que as atividades econômicas não estão efetivamente consolidadas. Nesse caso, as transformações em curso significam um processo de consolidação que ainda não está terminado, ou seja, fechado necessitando de algo para a finalização. Observe na citação abaixo a afirmação do esgotamento da expansão da fronteira móvel e as novas transformações na fronteira:

A abertura da fronteira agropecuária na Amazônia tende, assim, a se esgotar, persistindo a expansão de pastagens em áreas novas somente em frentes localizadas, e comandadas, sobretudo por uma dinâmica regional e não mais nacional. É o que nos ensina a agricultura tecnificada do Mato Grosso e a pecuária melhorada neste estado e no Pará, que constituem hoje não mais uma fronteira, mais uma área de povoamento consolidado. [...] (BECKER, 2004, p. 83).

Nesse contexto, a “fronteira” se caracteriza como o espaço de desenvolvimento e expansão capitalista, no entanto, este artigo não procura evidenciar uma nova zona pioneira no Brasil ou na Amazônia, – que já foi há algum tempo – pretende somente, focar algumas transformações que ocorrem atualmente nesta fronteira aberta.

Dessa forma, este texto apresenta algumas das características principais da inserção da fronteira amazônica, em especial o estado do Acre, na lógica do agronegócio sucroalcooleiro e enfatiza com base em estatísticas de órgãos oficiais e privados alguns cenários - presente e futuro – sobre a rearticulação produtiva na fronteira amazônica com a inserção do cultivo da cana-de-açúcar para a produção de etanol. Para tanto, Inicia-se com a concepção teórica do que significa a dinâmica da fronteira, em seguida, apresenta os dados que formam os cenários de expansão da cana-de-açúcar no Brasil e na Amazônia que caracterizam a “fronteira do agronegócio”.

Utilizou-se o método dialético por entender que é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. Os procedimentos e técnicas foram os seguintes: revisão bibliográfica da temática,

coleta, análise e interpretação de dados secundários provenientes de órgãos governamentais e privados ligados aos setores da agricultura, pecuária e energia.

A DINÂMICA DA FRONTEIRA: A QUESTÃO TEÓRICA

No âmbito da geografia a discussão acerca dos significados, aplicações e representações do termo “fronteira” é muito ampla e importante. Há muito tempo o termo já era usado numa concepção política, para se referir ao espaço proveniente da divisão entre países. Mais recente, passou a ser usado para expressar uma dinâmica populacional com forte influência nos valores demográfico, e também, referido como o lugar proveniente de mudanças sócio-espaciais de caráter econômico.

Para a concatenação do pensamento corrente sobre fronteira, várias foram as contribuições de pesquisadores de diversas áreas. Com interpretações variadas, como a do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (KNAUSS, 2004), que na virada do século XIX para o século XX, afirmou que o significado da fronteira na história americana, ou seja, o “Oeste” passa por uma evolução social, amalgama de raças, miscigenação, o crescimento do nacionalismo, a evolução das instituições políticas, e sua principal característica: a formação da democracia.

Para Turner, essa fronteira ou o Oeste era:

[...] Uma forma de sociedade, mais do que uma área. É o termo aplicado a uma região cujas condições sociais resultaram da combinação de instituições e idéias antigas com a influência transformadora de terras livres. A partir dessa combinação, um novo ambiente se instaurou repentinamente, a liberdade de oportunidade se abriu, a massa de costumes foi abalada e novas atividades, novas linhas de crescimento, novas instituições e novos ideais ganharam existência. O mundo selvagem desaparece, o próprio “Oeste” prossegue para uma nova fronteira e, na área anterior, uma nova sociedade emergiu do contato com as florestas. [...] (KNAUSS, 2004, p. 55).

O estudo de Turner sobre o “Oeste” americano foi uma das principais obras teóricas que exprimiu a fronteira como fenômeno importante para a formação de uma nação, desde o desenvolvimento da população, da conquista do território e da formação de um governo soberano. De certa forma, houve forte influência deste estudo nos teóricos brasileiros como Gilberto Freire (1947), Sergio Buarque de Holanda (1945; 1947; 1973) e Cassiano Ricardo (1970). Ambos fizeram interpretações similares a de Turner na formação social e territorial do Brasil.

No entanto, na eminente política do governo de Vargas de efetivar no território brasileiro um movimento intitulado “marcha para oeste” como uma tentativa de forjar uma dinâmica similar aos acontecimentos da fronteira americana com o povoamento e civilizar do Oeste brasileiro (regiões Centro-Oeste e Norte), o geógrafo Leo H. Waibel (1955) afirmou haver uma diferenciação entre as duas fronteiras, e para tanto, iniciou-se por esclarecer alguns termos essenciais no processo.

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que por isso promove o deslocamento da “frontier” sertão adentro. [...] Na Europa a palavra “frontier” significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira (WAIBEL, 1955, p. 04).

Conforme Waibel (1955, p. 05) haveria duas áreas para se distinguir, a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A primeira limita o sertão com a mata virgem para oeste, já a segunda, separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada.

Uma interpretação bastante semelhante de Waibel (1955) encontra-se na “dinâmica da fronteira” proposta por Martins (1975, p. 45) na sua concepção:

A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreende-la como tal, no entanto, implica considerar que, no caso brasileiro, a fronteira

econômica não coincide com a fronteira demográfica. A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada, não constitui basicamente uma frente pioneira e não constitui basicamente porque sua vida não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado.

Depreende-se que, a expansão demográfica ocorre vinculada a fatores econômicos gerados no âmbito da fronteira que tende a se expandir. Sendo assim, a fronteira demográfica aparece primeiro, movida pelas pessoas marginalizadas do processo econômico que deixa de ser novidade, gerador de oportunidades. Assim, retoma-se o movimento para novos espaços através da “frente de expansão”.

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. E isso porque essa frente se constitui em decorrência da instauração de um “estado de insuficiência econômica” que se realiza, na fronteira econômica, “pelo incremento demográfico, sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida” ou “pela retração do nível ou montante das ‘adequadas’ oportunidades de ganhar a vida”. Assim sendo, a frente de expansão se integra com a economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista (MARTINS, 1975, p. 46).

Na geografia da fronteira, além das características já citadas anteriormente, há outra que achamos bem marcante, a paisagem. Assim, devemos destacar o tempo desta diante dos acontecimentos: antes, durante e depois da frente pioneira. “Nos movimentos pioneiros a “paisagem” se transforma em ritmo acelerado, os trabalhos de destruição e construção são simultâneos e visíveis ao observador” (MACHADO, 2006, p. 191). É fácil compreender que há um novo nascendo e um velho perecendo, e as suas imagens sendo mescladas, substituídas e consolidadas. O que vai influenciar nessas mudanças são as assimetrias de poder exercidas entre o novo e o velho.

[...] Neste sentido, as noções de dinâmica e relação trabalho/tempo são essenciais para distingui-la da noção estética e literária de paisagem. Os conceitos de “paisagem cultural” e “paisagem natural”, como utilizados por Turner, Monbeig e Waibel, não correspondem a um contraste simples entre sociedade e natureza, e sim ao grau de domínio das formas de civilização sobre a natureza (MACHADO, 2006, p. 191).

De forma histórica, no Brasil, a zona pioneira surgiu, na segunda metade do século XVIII com a expansão algodoeira no nordeste, e com o desenvolvimento da cultura do café no sudeste no século XIX e XX (WAIBEL, 1955, p. 04).

As últimas fronteiras agrícolas, vinculadas a projetos estatais de povoamento e integração regional, estão localizadas em áreas de floresta tropical, savanas úmidas e secas, e campos, nas regiões norte e centro-oeste do Brasil.

Projetos como o PIN de 1970 (Plano de Integração Nacional), o POLONOROESTE, o PROTERRA, os modelos de eixos de desenvolvimento e pólos de desenvolvimentos ajudaram decisivamente para a efetivação dos planos governamentais na formação da fronteira agrícola, na medida em que foram as ações territorializadas dos planos (MACHADO, 2006, p. 192 - 197).

Segundo Machado (2006, p. 197), são vinte e três as fronteiras agrícolas já ocorreu no Brasil que, divididas da seguinte forma:

Zonas pioneiras do século XIX: Vale do Paraíba, Campinas, São Carlos – Ribeirão Preto, e Botucatu. Zonas Pioneiras da 1ª metade do século XX: Oeste de Santa Catarina, Norte do Paraná, Oeste de São Paulo, Sul do Mato Grosso, Mato Grosso e Goiás, Norte do Rio Doce, e Oeste Maranhão. Fronteiras Agropecuárias da segunda metade do século XX: Barreiras, Rodovia Belém – Brasília, Rodovia Araguaia-Xinguara, Marabá, Rodovia Transamazônica, Estrada Cuiabá-Santarém, Sorriso, Sinop-Alta Floresta, Cuiabá Porto-Velho, Rondônia, Acre e Humaitá.

Atualmente, segundo Becker (2004) ao analisar o comportamento do desflorestamento na Amazônia na última década, afirma está ocorrendo o esgotamento da fronteira agropecuária com o fim da dinâmica demográfica. No entanto, ainda existe a ocorrência de frentes de expansão de efeito local na região se desenvolvendo da seguinte forma (BECKER, 2004, p. 85 – 86):

A expansão de novas fronteiras é hoje localizada nas seguintes áreas: ao longo da Cuiabá – Santarém e nos municípios mato-grossenses de Alta Floresta, Guarantã do Norte, Castanheiro e Aripuanã; na rodovia porto Velho – Manaus; no quadrilátero Santarém – Itaituba, Altamira – Almerin; em São Felix do Xingu (PA); e em Burity (RO).

O desflorestamento se concentra na borda das áreas já desmatadas, de povoamento consolidado, e com valores menores do que o desflorestamento acumulado até 1970. Resta saber se a atual expansão de pastagens e da pecuária tem a mesma natureza daquela que ocorreu no início da expansão da fronteira amazônica.

Portanto, essas frentes “localizadas” além de serem isoladas, possuem características diferentes das anteriores, entre elas: o fato de ser impulsionada por atores com recursos próprios e não por incentivos fiscais e a maioria delas sediada em Cuiabá e Belém tendo como meta final a produção de soja (BECKER, 2004, p. 86).

Dessa forma, a aparência primitiva de expansão na fronteira com a civilização do Oeste parece ter se esgotado. Isto não significa que não há mais desmatamento e avanço sertão à dentro, pelo contrário, as investidas na floresta continuam ainda que de forma camuflada pela bandeira “verde”, que é um dos novos atributos mercadológicos a serviço do neoliberalismo.

Portanto, é evidente que em partes da Amazônia ainda existam interrogações a respeito da vocação econômica do território, o que fortalece a nossa tese de uma “fronteira aberta”, cheia de possibilidades e de oportunidade. Nesse caso, a entidade responsável pela gestão do território – o estado - tem importante papel na medida em que aqui na Amazônia pela falta de “empreendedores” acaba sendo a principal fonte de investimentos em busca de potencializar as oportunidades. Nesse caso, o agronegócio tem sido uma das novas formas de potencializar as atividades agrícolas, é claro que para isso se esquece da “questão agrária” ou simplesmente da reforma agrária, pois o agronegócio de uma só tacada resolveria a questão da improdutividade do latifúndio com o uso de tecnologias avançadas e o tornaria verdadeira empresa rural.

É nesse contexto que (re) surge o etanol – se somarmos com a época do PROALCOOL - direcionado em primeiro lugar para ocupar as áreas de pastagens degradadas, será? Para ser uma alternativa energética renovável (olhe aqui a bandeira verde apropriada pelo agronegócio) e para modernizar e consolidar a agricultura na fronteira e é por isso que a chamamos de fronteira do agronegócio.

A FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO: ALGUNS CENÁRIOS

De fato, já faz alguns anos que a fronteira amazônica começou a ser formada, no entanto, ainda não deixou de ser alvo de novas investidas, e dessa forma, os movimentos de transformação na paisagem são constantes. Como em cadeia, antes de qualquer coisa derruba-se a floresta, então planta-se ou cria-se gado. Esse movimento continua como um espiral até que chegue ao fim da floresta.

Assim, impulsionada por uma força nacional, uma nova lógica se espalha pela região, reordenando o espaço com a territorialização da cana-de-açúcar em grande escala para a produção de etanol. Essa expansão já é facilmente notada nas extensas paisagens com plantio de cana-de-açúcar em muitos lugares do Sudeste e Sul do país, e também nas estatísticas oficiais que sinalizam para uma significativa expansão do plantio de cana-de-açúcar e produção do etanol.

O CENÁRIO NACIONAL

Em âmbito nacional, segundo dados do IBGE conforme (FONSECA, BRAGA, 2008, p. 98) ocorreu uma expansão entre 1990 – 2006 da área plantada de cana-de-açúcar em mais de 2,7 milhões de hectares, totalizando na última safra quase sete milhões de hectares. Essa tendência ainda continua nos anos de 2007 e 2008. Alguns dados demonstram a aumento da área da cana-de-açúcar:

Na safra 2007/2008, a área ocupada com cana-de-açúcar teve acréscimo de 7,5%, ou seja, 6,7 milhões de hectares, em quase 600 plantas agro processadas de cana-de-açúcar, tendo a frente São Paulo, com 59,41% e 3,5 milhões de ha com cana. A produção de álcool é estimada em 21,3 bilhões de litros, 92,0% dela no centro-sul (UNICA, 2008).

Dados do IBGE (MAPA, 2009) apresentam a evolução da produtividade da cana-de-açúcar no Brasil entre 2000 e 2008, a área plantada passou de 4,82 para 8,36 (em milhões de hectares), a produção passou de 325,33 para 558,14 (em milhões de hectares) e o rendimento passou de 67,51 para 76,61 toneladas por hectares. Estes dados constatarem quase a duplicação da área com plantio de cana em apenas oito anos, além do aumento significativo da produção e, por fim, do rendimento por hectare, levando em consideração o alto nível de industrialização do setor.

Em relação à produção brasileira de álcool, dados do MAPA (2009) demonstram que ocorreu um crescimento de 14.639,923 (m³) na safra de 2003/2004 para 27.283,963 na safra de 2008/2009. Assim, houve a exportação em 2006 de 1.604,729, ou seja, 3.428,864 m³ de álcool a um preço médio de 468,01. Já em 2007, exportou 3.512,197 m³ a um preço médio de 417,76, e por fim, em 2008 exportou 5.123,992 a um preço médio de 466,45.

No ano de 2009, a cana-de-açúcar teve um plantio de 8.376,894 hectares e produção de 657,395 toneladas em janeiro e plantio de 8.417,46 hectares e 660.659,297 toneladas em fevereiro, com uma variação de 0,5% em ambos os casos (IBGE, 2009).

Quanto ao etanol, com relação a projeções futuras, a perspectiva é que em 2017/18 o setor alcançará uma cifra superior à duplicação da produção em 2006/2007: passará de 17,6 para 41,6 bilhões de litros (SILVA, 2008, p. 77).

De certo modo, essas transformações reconfiguraram a paisagem nacional ao expandir os plantios de cana-de-açúcar e as usinas de etanol. Segundo dados da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (2008, p. 16) através de dados do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN): “[...] Há 27 novas usinas em São Paulo; 17 em Goiás, onde estão previstas mais 40 usinas; 31 em Minas Gerais, com previsão de construção de mais 14; e em Mato Grosso do Sul existem 10 usinas e mais 15 em construção”.

Alguns dos motivos sugeridos para essa forte investida do capital no setor sucroalcooleiro é a conjuntura mundial da crise energética e as metas estadunidense de redução de combustíveis fósseis em 20% até 2017, que dentre outras coisas, priorizam o etanol brasileiro por seus custos de produção, US\$ 0,22 por litro, inferior ao custo estadunidense, de US\$ 0,30 e da União Européia, US\$ 0,53 (SANTOS, PESSÔA, 2008, p. 247).

Esses números refletem a realidade da dinâmica do setor sucroalcooleiro em plena expansão. A inserção e avanço do plantio da cana para novas terras se processam em todas as esferas políticas: municipal, estadual e regional. Se espalhando não apenas pelos estados tradicionais do ramo como São Paulo, mas também para os estados da região centro-oeste onde existe a vegetação de Cerrado e, mais recentemente para os estados de Rondônia e Acre na floresta amazônica.

No caso da região Centro-Oeste só no estado de Goiás são 43 projetos de usinas aprovados e 05 em análise, sendo que 08 desses já estão em construção; em Mato Grosso do Sul, cerca de 60 projetos já foram protocolados junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do estado, com a perspectiva em torno de 73,8% de crescimento (OLIVEIRA, 2007, p. 59-60).

Nos últimos anos, o governo elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana, pois essa região apresenta uma topografia favorável, com terras planas, de boa qualidade, e forte potencial hídrico. Dados do IBGE indicam que, na safra de 2007, as lavouras de cana ocupavam 5,8 milhões de hectares de Cerrado (REDE..., 2008, p. 16). Além do Cerrado, - contrariando a crítica nacional e internacional - a Amazônia também está nos propósitos do setor sucroalcooleiro, com algumas usinas em funcionamento e algumas em construção.

O CENÁRIO AMAZÔNICO

Com relação ao avanço da cana-de-açúcar para a Amazônia, a realidade local se diferencia bastante do espaço tradicional de reprodução do agronegócio.

Primeiro que o plantio se faz em extensas áreas de terra, que na Amazônia onde não há floresta ocorre à pecuária. Como não é permitido o desmatamento para o plantio da cana, o normal é que ela seja plantada em local já desmatado destinado à pecuária resultando em uma reordenação produtiva, da pecuária para a monocultura canavieira.

De forma geral, nos dados abaixo podemos observar um cenário da territorialização do setor sucroalcooleiro na região nos últimos anos:

[...] Aumento na produção de cana na Amazônia de 17,6 milhões para 19,3 milhões entre 2007 e 2008. No Tocantins, a expansão será de 13% (de 4,5 mil para 5,1 mil hectares), seguido do Mato Grosso, com aumento de 10%, e do Amazonas, com 8% (de 4,8 mil para 5,2 mil hectares). No Pará, a área plantada deve ficar em torno de 10,5 mil hectares. Segundo pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), o Pará é visto como uma das principais áreas de expansão para produção de etanol (REDE, 2008, p. 21).

Esses dados, acrescentado do fato de que em 2006 ocorreu uma expansão do cultivo da cana-de-açúcar de 68,9% no Tocantins, de 55,1% no Amazonas e de 34,3% no Pará, representando um aumento de 1,6 milhões de toneladas ou 46,8% em relação à safra anterior, demonstram que a região amazônica apresentou os maiores índices de aumento da produção de cana no Brasil (REDE, 2008, p. 25).

Especificamente, são vários projetos de plantio e de usinas de álcool nos estados da região Norte:

Em Rondônia, há dois projetos de destilarias de etanol, nos municípios de Cerejeiras com um plantio de três mil hectares e Santa Luzia d'Oeste com uma área de oito mil hectares e uma usina em operação no município de São Felipe.

Em Roraima há dois projetos de usinas em andamento, com previsão de cultivar cana em uma área de noventa quilômetros quadrados, além da empresa Biocapital que espera produzir seis milhões de toneladas de cana até 2014 e a empresa Camaçari Agroindustrial que já cultivou duzentos hectares de mudas e pretende expandir a produção para três milhões de toneladas.

No Acre, conforme Farias (2010, p. 61 – 65) baseado também nessa lógica expansiva e produtiva, é formada a Agroindústria Álcool Verde que é fruto de um antigo projeto que pretendia a produção de álcool e açúcar no Estado do Acre, o projeto ALCOBRAS (Usina Álcool Brasileiro S.A).

O projeto ALCOBRÁS, foi criado no final da década de 1980 para produzir álcool combustível (anidro e hidratado), financiado com recursos da SUDAM via Banco do Brasil, vinculado ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Com a sede abrangendo uma área de 11 mil hectares, localizava-se na Fazenda Campo Grande, zona rural do município de Capixaba. Foi inaugurada em 1989 pelo empresário paulista José Alves Pereira Neto, sendo que dois meses depois, Pereira Neto pediu falência (FARIAS, 2010, p. 61).

Nessa perspectiva, o governo do estado do Acre aproveita-se dessa nova conjuntura que se encontrava o etanol como combustível para retomar o projeto. Por meio de políticas públicas para fins de desenvolvimento, adquiriu junto ao Banco do Brasil, por R\$ 2,7 milhões, a área de 61.572 hectares e o que restou do maquinário da Usina Álcool Brasileiro S.A – ALCOBRAS. Depois, os repassou para a iniciativa privada gerir em bases sustentáveis, por meio de grupos tradicionais neste ramo da agroindústria, pelo prazo de vinte anos (FARIAS, 2010, p. 62).

A autorização para a aquisição da agroindústria foi concedida pela Assembleia Legislativa através da lei Nº 1.636 de trinta de março de 2005 (ACRE, 2005), aprovada por unanimidade entre os 24 deputados estaduais. Por força dessa lei o poder executivo estadual procedeu para a implantação do Pólo Agroindustrial para Produção de Açúcar e Álcool a “Álcool Verde”.

Assim, a partir do contrato de compra assinado com o Banco do Brasil, o governo do estado, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária, na gestão do secretário Mauro Ribeiro, passou a procurar empresários que pudessem administrar o empreendimento. Inicialmente fez-se parceria com o Grupo Farias do Estado de Pernambuco, dono de 65% do capital do projeto e com o Grupo Maubisa de São Paulo que ficou representando 10% do Projeto. Os outros 25% do projeto foi formado pela união do Consórcio Acreano e o governo do estado, fundando assim a Álcool Verde S/A, com a administração do Grupo Farias como acionista majoritário (MAIA, 2007).

Os 5% de proveniente do estado na parceria representa a propriedade do que se refere à Lei Nº 1.636 de trinta de março de 2005, o Pólo Agroindustrial para Produção de Açúcar e Álcool a “Álcool Verde”, que é apenas cedida ao agronegócio, dessa forma a Álcool Verde não possui área própria, o seu espaço é proveniente de arrendamentos e parcerias.

Inicialmente, por volta do terceiro trimestre de 2007, a empresa já contava com cerca de 400 empregados (RIMA, 2008, p. 12), no entanto, em função da interrupção temporária das atividades em virtude de problemas no processo de licenciamento, no ano de 2009 a quantidade de empregados diminuiu bastante para 68: sendo 38 com contratos permanentes regidos pela CLT e outros 30 empregados temporários contratados especificamente para a limpeza do canavial pelo período de dois meses com remuneração de um salário mínimo. Dentre os empregados temporários, a maioria é proveniente da cidade de Senador Guiomard e o restante dos assentamentos.

Existe uma expectativa de na safra 2008/2009 à 2009/2010 de ocupar 720 pessoas na safra e 330 pessoas na entressafra. Na safra a mão de obra estaria dividida por: 40 pessoas na administração, 280 pessoas na indústria, 400 pessoas na parte agrícola.

Então, para suprir o “déficit de terra” o estabelecimento começou a formação da área de produção no ano de 2006, ano em que a Álcool Verde passou a arrendar terra para o plantio da cana-de-açúcar. No terceiro trimestre de 2007, a empresa já havia firmado 12 contratos de arrendamento, com aproximadamente 5.700 hectares formando uma área plantada de 1.800 hectares (RIMA, 2008, p. 12). Segundo o IBGE (2006, p. 24) “terras arrendadas são propriedade de terceiros que estejam sendo exploradas pelo produtor, mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos”.

Para a formação da área de plantio foram utilizadas 14 variedades de cana-de-açúcar, obtidas do viveiro de mudas em uma área de 500 ha. As mudas (em talos) são provenientes da região Centro-Oeste, especialmente dos estados de Mato Grosso e Goiás (FERREIRA, 2006, p. 01).

Estes dados (cenários possíveis e impossíveis) nos dão uma noção da nova dinâmica que se desenvolve pelo território amazônico nesta fase da fronteira que a denominamos de “fronteira do agronegócio”. É importante visualizar que não se trata de um movimento isolado, de um só estado, mas de toda a região. Nesse caso, é que pergunto: é esse tipo de agronegócio que queremos consolidar para o fechamento da fronteira, ou devemos nos basear na dimensão da floresta para pensar um modelo específico para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facilmente notável a apropriação espacial da região para a reprodução da lógica nacional baseada no agronegócio. Não só no Acre, mas em quase todos os estados da região Norte já possuem projetos com características do setor sucroalcooleiro.

De certa forma, a balança comercial do Brasil tem provado alguns benefícios amparados pelos lucros do setor sucroalcooleiro, no entanto, devemos nos ater nas conseqüências que a expansão generalizada deste modelo pode provocar como a degradação do meio ambiente, a crise de alimentos, a penalização do trabalhador e a dependência da monocultura da cana-de-açúcar.

Acredito que, na Amazônia devemos planejar o desenvolvimento baseando-se nos aspectos sociais e ambientais específicos e indissociáveis da região. Assim, que o modelo econômico leve em consideração a existência da floresta, e que todas as políticas sejam direcionadas para a utilização das riquezas florestais de forma racional.

REFERÊNCIAS

ACRE. Assembléia Legislativa do Estado do. **Lei Ordinária nº 1.636, de 30 de março de 2005.** Rio Branco, 30 de mar. de 2005. Disponível em: <<http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/2005/lei1636>>. Acesso em 07/11/2007.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FARIAS, C. S. Manipulação do Território: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev., 2010.

FERREIRA, Edmilson. Álcool Verde anuncia a fase de industrialização do Acre. **Jornal Página20.** Rio Branco, 04 de abril. de 2006. Disponível em: <<http://www.jornalpagina20.com.br/especial/alcoolverdeanunciafasedeindustrializacaoacre>>. Acesso em 12/08/2007.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Livraria José Olympio, 1947.

FONSECA, Valter Machado da; BRAGA, Sandra Rodrigues. Para além da geopolítica do etanol – novos discursos e velhas práticas do setor canavieiro no Brasil. **Revista Pegada** – Vol. 9 n. 1. Junho de 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, (1945) 2000.

_____, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. (1957) 2005.

_____, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1973

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. 2009. Disponível em: WWW.ibge.gov.br.

KNAUSS, Paulo (Org.). **Oeste Americano**: quatro ensaios dos Estados Unidos da America de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004.

MAIA, Tião. Álcool Verde: um empreendimento que vai gerar emprego e renda. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 12 de ago. de 2007. Disponível em: <http://www.jornalpagina20.com.br/especial/ÁlcoolVerde:umempreendimentoquevaigerarempregoerenda>>. Acesso em 12/08/2007.

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAPA, Ministério da Agricultura e Pecuária. **Produção Brasileira de Álcool**. Disponível em: www.mapa.gov.br. Acesso em: 16/03/2009.

MARTINS, José de Sousa. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In:_____. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. 2007. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23/04/2008.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia**. 2008. Disponível em: www.social.org.br. Acesso em 20/09/2008.

RIMA. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente. **Implantação de Unidade Industrial de açúcar e álcool no município de Capixaba, Acre**. Núcleo de Estudos de Planejamento e Uso da Terra (NEPUT). UFV, 2008.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**: a influencia da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SANTOS, Joelma Cristina dos. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP: as tramas do capital e os impactos no mundo do trabalho. **CAMPO – TERRITÓRIO**. v.3, n.5, p. 243-263. Fev. 2008.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Produção de Alimentos e agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho. **Revista Pegada**. Vol. 9. N. 1. Junho 2008.

WAIBEL, Léo H. **As zonas Pioneiras do Brasil**. Rio de Janeiro, RBG: Ano 17, nº 04, out/dez, 1955.